

DIREITO DAS SUCESSÕES

RODRIGO SANTOS NEVES



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	15
ABREVIATURAS.....	17
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO.....	19
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO.....	21
NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO.....	23
PREFÁCIO.....	25
PARTE I – PARTE GERAL.....	31
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	33
1 Noção e fundamento da sucessão.....	33
2 Nomenclaturas importantes.....	37
3 A abertura da sucessão.....	39
3.1 Teoria da comoriência.....	40
3.1.1 Natureza Jurídica.....	42
3.1.2 Condição testamentária de inexistência de filhos.....	42
3.1.3 Doação com cláusula de reversão.....	43
3.1.4 Comoriência no fideicomisso.....	43
3.1.5 Efeitos sucessórios da comoriência.....	44
3.2 Lugar da sucessão.....	47
3.3 Norma aplicável à sucessão.....	52
3.4 A sucessão no Direito Internacional Privado.....	54
3.4.1 Competência na sucessão internacional.....	56
3.4.2 Estatuto aplicável à sucessão.....	58
3.4.3 Sucessão internacional no Código Bustamante.....	64
3.4.4 Sucessão internacional em Portugal.....	65
3.4.5 Sucessão internacional em Alemanha.....	66
3.4.6 Sucessão internacional em França.....	66
3.4.7 Sucessão internacional em Itália.....	66
3.4.8 Procedimento.....	67
4 Objeto da sucessão.....	67
4.1 Direitos e obrigações de caráter pessoal ou familiar.....	68

4.2 Direitos reais sobre coisa alheia.....	70
4.3 Direitos e obrigações.....	72
5 Considerações parciais.....	81

CAPÍTULO II – SUCESSÃO E HERANÇA..... 83

1 Das espécies de sucessão.....	85
2 Dos modos de suceder.....	87
2.1 Sucessão por direito próprio.....	87
2.2 Sucessão por direito de representação.....	88
2.3 Sucessão por direito de transmissão.....	90
3 Da administração da herança.....	92
3.1 Do administrador provisório.....	93
3.2 Do inventariante.....	96

CAPÍTULO III – DELIBERAÇÃO SOBRE O QUINHÃO
HEREDITÁRIO..... 101

1 Aceitação.....	102
1.1 Noção.....	102
1.2 Origem histórica.....	102
1.3 Espécies de aceitação.....	103
1.3.1 Aceitação expressa.....	103
1.3.2 Aceitação tácita.....	104
1.3.3 Aceitação presumida.....	104
1.3.4 Aceitação quanto ao sujeito.....	106
1.4 A responsabilidade do herdeiro sobre as dívidas.....	109
2 Renúncia.....	111
2.1 Requisitos para a renúncia.....	111
2.2 Efeitos da renúncia.....	114
2.3 Características da renúncia.....	119
2.4 Caracterização da renúncia.....	121
3 Cessão de herança.....	122
3.1 Requisitos da cessão de herança.....	123
3.2 Preempção ou direito de preferência.....	128
3.3 Extensão da cessão de herança.....	128
3.4 A posição do cessionário diante da herança.....	130

CAPÍTULO IV – PETIÇÃO DE HERANÇA E OUTROS MEIOS DE SALVAGUARDA DOS INTERESSES DOS HERDEIROS . 133

1 Os atos jurídicos sob o plano da existência.....	133
2 Os atos jurídicos sob o plano da validade.....	139
2.1 Atos jurídicos nulos	142
2.2 Atos jurídicos anuláveis	146
3 Da petição de herança	148
3.1 Noção	148
3.2 Cabimento	149
3.3 O prazo prescricional	152
4 Ação de nulidade de partilha.....	153
5 Ação anulatória de partilha	156
6 Ação rescisória.....	159
6.1 Noção	159
6.2 Pressupostos da ação rescisória da partilha.....	160
6.3 Hipóteses de rescindibilidade da partilha.....	161
7 Considerações parciais	162

CAPÍTULO V- CAPACIDADE SUCESSÓRIA 165

1 Da capacidade para suceder	165
1.1 A condição jurídica do nascituro	166
1.2 Condição jurídica do embrião humano	169
1.3 Filhos havidos por métodos de procriação assistida.....	170
1.4 Procriação assistida <i>post mortem</i> e seus efeitos sucessórios....	172
1.5 Pessoas nascidas.....	178
1.6 Condição da prole eventual.....	179
1.7 Das pessoas jurídicas já constituídas	183
1.8 Pessoas jurídicas ainda não constituídas	184
2 Da incapacidade sucessória.....	185
2.1 Pessoa que escreveu o testamento pelo testador	186
2.2 Testemunhas do testamento	187
2.3 Tabelião.....	188
2.4 A concubina	189
2.5 Pessoas interpostas	193
2.6 O herdeiro renunciante.....	196
3 Da indignidade	197

3.1 A indignidade	197
3.2 Noção e natureza jurídica da indignidade	198
3.3 Hipóteses de indignidade	203
3.4 Ação de indignidade.....	212
3.4.1 Legitimidade	213
3.4.2 Competência e rito processual	215
3.4.3 Prazo para a propositura da ação.....	216
3.5 Efeitos da indignidade.....	216
3.6 Indignidade e ação penal.....	220
3.7 Considerações parciais	221

CAPÍTULO VI – HERANÇA JACENTE E HERANÇA VACANTE..... 223

1 Noção de herança jacente.....	223
2 Natureza jurídica da herança jacente	224
3 Procedimento na herança jacente	224
3 Da herança vacante	227
3.1 Natureza jurídica da sentença de vacância.....	230
3.2 Momento da transmissão do patrimônio	231

CAPÍTULO VII – DA SUCESSÃO POR AUSÊNCIA 239

1 Colocação do tema	239
2 Noção de ausência.....	239
3 Ausência e morte presumida	241
4 Os efeitos da declaração de ausência	243
5 Fases da ausência	245
5.1 Da curadoria dos bens do ausente	246
5.1.1 Da legitimidade para instaurar o procedimento	247
5.1.2 Da competência.....	251
5.1.3 Da arrecadação dos bens do ausente	253
5.2 Da sucessão provisória.....	256
5.3 Sucessão definitiva.....	259
6 Do retorno do ausente	262
6.1 Na fase da curadoria dos bens do ausente.....	262
6.2 Na fase da sucessão provisória.....	266
6.3 Após a abertura da sucessão definitiva	267

7 Considerações parciais	268
PARTE II – SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	271
CAPÍTULO I – ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	273
1 Colocação do tema	273
2 Breve substrato histórico.....	274
3 Sucessão dos descendentes	275
3.1 Das espécies de filiação	275
3.2 Filhos havidos por reprodução assistida	277
3.3 Tratamento sucessório dos descendentes.....	278
4 Sucessão dos ascendentes	285
5 Sucessão do cônjuge	289
5.1 Da legitimidade do cônjuge sobrevivente.....	290
5.2 A necessária distinção entre herança e meação	292
5.3 Da sucessão do cônjuge em concorrência com ascendentes....	293
5.4 Sucessão do cônjuge em concorrência com descendentes.....	296
5.4.1 O direito patrimonial do casamento e seus reflexos no direito das sucessões.....	297
5.4.2 Comunhão universal de bens e a herança	298
5.4.3 Separação obrigatória de bens e a herança.....	302
5.4.4 Comunhão parcial de bens, sem bens particulares e a herança.....	305
5.4.5 Separação de bens e a herança	306
5.4.6 Participação final nos aquestos	306
5.4.7 Comunhão parcial de bens, com bens particulares e os direitos sucessórios do cônjuge supérstite	307
5.4.8 O casamento inválido e seus efeitos sucessórios	315
5.4.9 A fixação da quota hereditária do cônjuge sobrevivente em concorrência com os descendentes	316
5.4.9.1 Concorrência do cônjuge sobrevivente com filhos comuns com o <i>de cuius</i>	317
5.4.9.2 Concorrência do cônjuge sobrevivente com filhos exclusivos do <i>de cuius</i>	318
5.4.9.3 Concorrência do cônjuge sobrevivente, simultaneamente, com filhos comuns e com filhos exclusivos do <i>de cuius</i>	320
5.4.9.4 O direito real de habitação	323
6 Sucessão na união estável	326

6.1 Breve relato histórico	326
6.2 Regime jurídico da união estável anterior ao CC/2002	329
6.3 Sucessão na união estável e o CC/2002	334
6.3.1 Sucessão do companheiro em concorrência com descendentes comuns	335
6.3.2 Sucessão do companheiro em concorrência com descendentes exclusivos	340
6.3.3 Sucessão do companheiro em concorrência com descendentes comuns e exclusivos	344
6.3.4 Sucessão do companheiro em concorrência com “outros parentes sucessíveis”	351
6.3.5 Sucessão do companheiro, na falta de parentes sucessíveis ..	358
6.3.6 O companheiro e o direito real de habitação	364
6.3.7 Sucessão do cônjuge e do companheiro e o princípio da igualdade	367
6.3.7.1 Tratamento sucessório do cônjuge e do companheiro	367
6.3.7.2 O princípio da igualdade	371
6.3.7.3 O convivente sobrevivente e a legítima	376
6.3.7.4 Cônjuge e companheiro: necessária distinção	377
6.4 A decisão do STF no Tema 809 de Repercussão Geral	383
7 Sucessão dos colaterais	383
7.1 Sucessão dos colaterais em concorrência com o companheiro?	390
CAPÍTULO II – DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	393
1 Noção e fundamento	393
2 Direito de representação e direito de transmissão	395
3 Abrangência do direito de representação	396
4 Condições favoráveis ao direito de representação	398
5 Efeitos do direito de representação	400
CAPÍTULO III – EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO	403
1 Exercícios de fixação sobre descendentes	404
2 Exercícios de fixação sobre ascendentes	411
3 Exercícios de fixação sobre cônjuge	418
4 Exercícios de fixação sobre companheira	427
5 Exercícios de fixação sobre colaterais	434

CAPÍTULO IV – OS HERDEIROS NECESSÁRIOS E SUA TUTELA JURÍDICA	443
1 Colocação do tema	443
2 Noção e fundamento	444
3 A legítima.....	446
4 Os herdeiros necessários	452
5 Mecanismos de proteção da legítima	454
5.1 Redução das disposições testamentárias	455
5.2 Redução das disposições por ato <i>inter vivos</i>	462
5.3 Rompimento do testamento	475
5.4 Colação.....	477
5.4.1 Noção	477
5.4.2 Pessoas sujeitas à colação	480
5.4.2.1 O cônjuge	480
5.4.2.2 O companheiro	481
5.4.2.3 Herdeiros renunciantes ou excluídos	482
5.4.3 Pessoas que não estão sujeitas à colação	486
5.4.4 Ascendentes e colaterais	487
5.4.5 Aqueles a quem o doador dispensou da colação.....	488
5.5 Deserdações	488
5.6 Imposição de cláusulas restritivas.....	489
5.6.1 Alienação de bens gravados com cláusula de inalienabilidade.....	495
5.6.2 Direito intertemporal.....	497
6 Considerações parciais	498
PARTE III – INVENTÁRIO E PARTILHA	501
CAPÍTULO ÚNICO – INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL	503
1 Colocação do tema	503
2 Inventário e partilha judiciais.....	504
3 Inventário e partilha extrajudiciais.....	506
3.1 Justificativa	506
3.2 Requisitos legais	507
3.3 Obrigatoriedade da partilha administrativa?.....	513
3.4 Qual é o prazo para iniciar o inventario?.....	515

3.5 O inventariante	516
3.6 Avaliação dos bens.....	517
3.7 Execução da partilha	520
3.8 Foro competente para o inventário e a partilha extrajudicial...	522
3.9 Partilha extrajudicial e assistência judiciária	523
3.10 Partilha extrajudicial e a Lei nº 6.858/80.....	526
3.11 Escritura pública e registro	527
3.12 Partilha administrativa e direito dos credores	527
3.13 Herdeiro com indisponibilidade de bens.....	529
3.14 Comunicação ao COAF	530
4 Considerações parciais	531
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	533